

A hora do Congresso

○ Congresso Nacional terá de votar amanhã ou quinta-feira o decreto-lei presidencial que promoveu a reforma econômica sob pena de ser aprovado por decurso de prazo no dia 19 de maio, isto é, sem a homologação do Poder Legislativo. As lideranças da Aliança Democrática fizeram uma tentativa, infelizmente frustrada, de aprová-lo na semana passada. Não havia número para vencer a obstrução do PT e PDT.

PMDB e PFL contam com maioria folgada para assegurar a aprovação de uma reforma econômica que recebeu o aplauso de toda a Nação. A aprovação do decreto por decurso de prazo deixará o Congresso ainda mais desafinado com as aspirações da sociedade brasileira e, o que é pior, em um ano eleitoral, no qual a maioria dos seus integrantes disputa cargos eletivos.

Os líderes dos dois partidos estão intensificando a mobilização das suas bancadas, nas duas Casas do Congresso esperando votar o pacote de reformas econômicas amanhã ou depois. Praticamente não existe oposição a essas medidas dentro do Congresso. O próprio PDS, através de número expressivo de parlamentares, mostra-se simpático ao Programa de Estabilização Econômica.

A oposição está sendo sustentada apenas pelo PDT e PT, que têm número reduzido de parlamentares. Se a Aliança Democrática colocar amanhã em plenário 240 deputados e 35 senadores o decreto será aprovado superando-se o trabalho de obstrução parlamentar a que PDT e PT deverão recorrer. Infelizmente, a circunstância de atravessarmos um ano eleitoral dificulta o trabalho de mobilização dos parlamentares, promovido pelas lideranças.

O desinteresse de alguns não pode comprometer a imagem da instituição. Alguns jornais, que se especializaram em atribuir ao Congresso responsabilidade por todos os males nacionais, já começaram a publicar fotos mostrando plenários vazios. Em qualquer país do mundo, ano eleitoral provoca recessos na ação legislativa, embora existam matérias, como esta a que nos referimos, que devem merecer atenção especial dos parlamentares.

Os políticos estão submetidos a um perigoso processo de desgaste, que explica a popularidade de candidatos lançados de fora dos quadros partidários, como é o caso do empresário Antônio Ermírio de Moraes, com excelentes níveis nas consultas de opinião pública que estão sendo ultimamente publicadas.

No Governo e, em particular, no Palácio do Planalto, os parlamentares estão sendo criticados pela falta de interesse em aprovar um programa que é aplaudido pela Nação inteira. A aprovação do pacote no prazo fatal, ou seja, 19 de março, deixará os parlamentares e a instituição dessintonizados com o País.

Quando a comissão mista de deputados e senadores examinava o decreto-lei da reforma, as lideranças impediram a convocação de importantes figuras da vida pública para falar sobre o programa, alegando que havia pressa em sua aprovação. Não agiram de modo diferente dos líderes da antiga Arena ou do PDS, aos tempos do regime militar. Será que agora já não há pressa em aprovar o pacote?